



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
MBA em Gestão estratégica tributária

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso.....	4
6. Objetivos do Curso	5
7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
8. Estágio Não Obrigatório	7
9. Matriz Curricular	8
10. Carga Horária.....	8
11. Conteúdo programático	9
12. Infraestrutura Física e Pedagógica	27

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: [MBA em Gestão estratégica tributária]

Área de Avaliação (CAPES): [ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO]

Grande Área (CAPES): [60000007 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS]

Área do Conhecimento (CAPES): [60200006 ADMINISTRAÇÃO]

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso está direcionado para graduados nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, profissionais de mercado graduados que tenham assumido recentemente ou que pretendam assumir posições gerenciais em empresas privadas e públicas em vários setores de atuação, bem como magistrados, advogados públicos, defensores públicos,

advogados, bacharéis em Direito, empresários, profissionais de finanças, contadores e gestores de tributos.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

A Tributação no Brasil é complexa e para entendê-la é necessário ter conhecimento de conceitos multidisciplinares oriundos de áreas como Administração, Finanças, Contabilidade, Economia e Direito. A consequência desse sistema é o constante aumento dos custos de conformidade fiscal por parte dos contribuintes. Este curso visa atender à demanda de profissionais que atuam ou desejam atuar na área Tributária.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

Capacitar os alunos a assumirem posições de gestão de departamentos tributários em instituições financeiras, empresas de diversos segmentos de mercado, escritórios de advocacia e contabilidade de grande porte e empresas de auditoria habilitando-os a identificarem alternativas e desenvolverem estratégias que melhorem o desempenho das corporações, reduzindo o ônus tributário, mas atendendo às exigências da legislação vigente.

6.2. Objetivos Específicos

- Apresentar os conteúdos aplicados com aprendizado ativo e multidisciplinariedade. Além da visão teórica, são trabalhados conteúdos práticos sobre Tributação a partir de casos de empresas;

- Proporcionar a visão multidisciplinar para questões de Tributação, envolvendo diversas áreas como Direito Tributário, Contabilidade, Administração e Economia;
- Pensar de forma estratégica e integrada a organização, seus planos, suas funções e decisões, utilizando a estratégia como um quadro de referência ajustado ao contexto empresarial e competitivo e assegurando que ações, soluções, impactos e resultados nos diversos níveis e funções organizacionais estejam subordinados à estratégia geral;
- Capacitar os alunos a aplicar conceitos, gerir atividades e liderar equipes em organizações de diferentes setores e tamanhos no cenário corporativo nacional e internacional.

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

Atuar na área de Tributação utilizando conhecimentos multidisciplinares aprendidos por meio de um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo, de forma mais prática e aplicável à realidade do mercado. |

Habilidades

- Criar uma visão multidisciplinar nas áreas de Direito Tributário, Contabilidade, Finanças, Negócios e Economia;
- Aprender a aplicar estratégias de tributação mediante estudo de casos práticos elencados nas disciplinas;
- Identificar formas de redução de carga tributária lícitamente, com alteração de estrutura societária, análise da estrutura de capital da empresa, forma de tributação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, novo lucro real e novas formas de tributação. |

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Contabilidade tributária	0h	40h	40h
Gerenciamento e planejamento tributário	0h	40h	40h
Paraísos fiscais, <i>holdings</i> e empresas <i>offshore</i>	0h	40h	40h
Contabilidade societária	0h	40h	40h
Fusões, cisões, incorporações e aquisições	0h	40h	40h
Tributação sobre o consumo e o lucro	0h	40h	40h
Tributação aduaneira e competitividade	0h	40h	40h
PIS, Cofins e impostos do comércio exterior	0h	40h	40h

Controles internos e a função <i>compliance</i>	0h	40h	40h
---	----	-----	-----

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia básica:

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MOORE, Michael G., **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Contabilidade tributária

Ementa: Sistema Jurídico Tributário. Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização. Fenômenos tributários. Impactos no Patrimônio e nos Resultados. Planejamento Tributário.

Competências e Habilidades:

- Analisar a influência da legislação tributária na interpretação dos fatos patrimoniais, bem como os impactos tributários no patrimônio e nos resultados;
- Identificar as operações de uma empresa e os fatos integrantes do campo de incidência tributária.

Conteúdo Programático 1: Contabilidade e Tributação. O Sistema Jurídico Tributário.

Conteúdo Programático 2: Os Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização.

Conteúdo Programático 3: Fenômenos Tributários e os Impactos no Patrimônio e nos Resultados.

Conteúdo Programático 4: Planejamento Tributário.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta de. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados da empresa. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

NAZÁRIO, N. da S.; MENDES, P. C. de M.; AQUINO, D. R. B. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil** - v. 4, n. 3, p. 64 – 81, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JÚNIOR, José Hernandes Perez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária – Textos e Teses com as Respostas**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, M. A. C. **Contabilidade tributária**: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUSA, Edmilson de. **Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Gerenciamento e planejamento tributário

Ementa: Nesta disciplina, o aluno deve utilizar todos os conhecimentos adquiridos ao longo do programa, somados as bases conceituais do Planejamento Tributário e sua aplicabilidade no cotidiano das empresas. Haverá distinção entre as formas de planejamento permitidas e reconhecidas pela Lei, comparadas com os atos ilícitos passíveis de punição tributária e até criminal. Demonstraremos decisões administrativas com o atual entendimento do Fisco

Federal sobre a matéria, bem como, estudo de casos concretos reconhecidos pelos nossos tribunais, capazes de demonstrar Planejamentos Positivos e Negativos (sonegação fiscal).

Objetivo da Disciplina: apresentar os seguintes tópicos: 1. Conhecimento do sistema tributário nacional, princípios, normas mais importantes e tributos mais onerosos para atividade econômica; 2. Entendimento das infrações e crimes tributários e procedimentos para evitar penalidades. 3. Explorar oportunidades de economia tributária, com incentivos fiscais, planejamento tributário, operações societárias e contencioso tributário.

Competências e Habilidades:

- Capacidade de dedicar-se continuamente ao estudo da legislação, jurisprudência e decisões do executivo tendo em vista dois aspectos: complexidade do sistema tributário e contínua alteração;
- Habilidade em utilizar bases de dados de tribunais judiciais e administrativos, bem como os sistemas fazendários do Poder Executivo: Receita Federal, Secretaria de Fazenda e Secretarias de Finanças;
- Capacidade de lidar com conceitos abstratos e conversão em entregáveis palpáveis como pareceres e procedimentos, demonstrando valor agregado ao cliente final.

Conteúdo Programático 1: Sistema Tributário Nacional, Princípios e tributos mais onerosos.

Conteúdo Programático 2: Infrações, crimes, evasão, sonegação e penalidades.

Conteúdo Programático 3: Elisão, planejamento tributário e operações societárias.

Conteúdo Programático 4: Incentivos fiscais e oportunidades de contencioso tributário.

Bibliografia:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANDRADE, José Fabiano Matos de. **A decadência no Direito Tributário brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3059, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20435>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. **Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Decreto 9580 de 2018 [D9580 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2018/09580.htm). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Instrução normativa RFB nº 1.464, de 08 de maio de 2014**. Dispõe sobre o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=52329#1408739>>. [\(Alterado\(a\) pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1705, de 13 de abril de 2017\)](#) [\(Alterado\(a\) pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1829, de 17 de setembro de 2018\)](#). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica [...]. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.502, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4502.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União,

Estados e Municípios. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Lei das Sociedades Anônimas. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.021, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8021.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990.** Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.846, de 21 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8846.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 599, de 28 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre os arts. 38, 39 e 40 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativamente ao Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital das pessoas físicas. Disponível em:
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15526>. Acesso em julho de 2017.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>.
Acesso em: 18 ago. 2021.

CAMILOTTI, JOSÉ RENATO. **Direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção OAB Nacional).

CARVALHO, PAULO DE BARROS. **Curso de direito tributário.** 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.

CREPALDI, SILVIO APARECIDO. **Planejamento tributário: teoria e prática.** São Paulo: Saraiva, 2012.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas** - Interpretação e Prática. 41. ed. São Paulo: Ir Publicações LTDA, 2016.

Disciplina: Paraísos fiscais, *holdings* e empresas *offshore*

Ementa: Paraísos fiscais: características e utilização de empresas *offshore*. Principais tipos de Holdings; Aplicação prática das *holdings* no planejamento tributário. Conceito e situação jurídica de contratos de Trust no Brasil. Conceito de fundação e suas vantagens e desvantagens.

Competências e Habilidades:

- Compreender o estudo da legislação Civil, Tributária e Societária para Planejamento Sucessório;
- Identificar a utilização de sociedades *holdings* em outras jurisdições e empresas *offshore*, inclusive em paraísos fiscais.

Conteúdo Programático 1: Paraísos fiscais: características e utilização de empresas *offshore*.

Conteúdo Programático 2: Principais tipos de *holdings*. Aplicação prática das *holdings* no planejamento tributário.

Conteúdo Programático 3: Conceito de contrato de Trust. Convenção de Haia e situação jurídica destes contratos no Brasil..

Conteúdo Programático 4: Conceito de fundação. Análise das vantagens e desvantagens da fundação.

Bibliografia Básica:

BAGNOLI, Martha Gallardo Sala. **Holding Imobiliária como Planejamento Sucessório**. volume 17, Coleção Academia-Empresa, São Paulo: Quartier Latin, 2016.

EMIDIO, Fabiano. **Lavagem de dinheiro e paraísos fiscais**. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2018.

MAMEDE, Gladston, MAMEDE, Eduarda Cotta. **Holding Familiar e suas Vantagens**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Empresas Off-Shore doutrina prática e legislação**. 3. Ed. Lisboa – Portugal: Pilares, 2007.

SILVA, José Manoel Braz. **Os paraísos fiscais casos práticos de empresas portuguesas**. Portugal: Almedina, 2007.

Disciplina: Contabilidade societária

Ementa: Conhecimento da Contabilidade Societária ou Financeira, que se ocupa em produzir informação para um usuário normalmente externo à entidade. O usuário da informação contábil a utiliza em seu processo decisório com o propósito de avaliar a posição econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências e projeções sobre as tendências futuras e assim tomar decisões de forma fundamentada. Estudo dos princípios e da estrutura conceitual da Contabilidade. Compreensão sobre as IFRS *International Financial Reporting Standards*. Estudo das demonstrações contábeis e de seus componentes. Entendimento do processo contábil. Escrituração Contábil.

Competências e Habilidades:

- Obter conhecimento de Contabilidade Societária e suas conexões com as áreas de Ciências Sociais Aplicadas;
- Fomentar a habilidade de discernir e interpretar fatos, perceber tendências, exercer julgamentos e tomar decisões, usando a boa prática da Contabilidade, para produzir informação contábil fidedigna, que evidencie a essência econômica das entidades reportadas;
- Nutrir a habilidade de utilizar os conhecimentos de Contabilidade Societária na identificação, análise e solução de problemas das organizações.

Conteúdo Programático 1: Objetivos da Contabilidade. Princípios e Estrutura Conceitual. IFRS *International Financial Reporting Standards*. Demonstrações Contábeis obrigatórias e suas estruturas e características essenciais.

Conteúdo Programático 2: Definições de Posição Financeira e de Posição Econômica. Balanço Patrimonial BP e seus componentes: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Estrutura do Balanço Patrimonial BP. Processo Contábil. Método das Partidas Dobradas.

Conteúdo Programático 3: Demonstração do Resultado do Exercício DRE e seus componentes. Demonstração do Resultado Abrangente DRA e seus componentes. Demonstração dos Fluxos de Caixa DFC e seus componentes.

Conteúdo Programático 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL e seus componentes. Abordagem simplificada da Demonstração do Valor Adicionado DVA. Escrituração Contábil. Livros Contábeis obrigatórios e Livros Contábeis auxiliares. Sistema Público de Escrituração Digital SPED.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Societária**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial. Instrumentos de Análise, Gerência e Decisão**. 18. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Gerlando A. S. F. de; MURCIA, Fernando Dal-Ri; MALACRIDA, Mara Jane C.; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976, (...) e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal (...) modificando (...) a Lei 6.404/1976 (...) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 (R2). Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2). **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - *Conceptual Framework***. Disponível em < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> >. Acesso em 17 dez. 2020. Data da divulgação do CPC em 10 dez. 2019.

Disciplina: Fusões, cisões, incorporações e aquisições

Ementa: O Objetivo dessa disciplina é abordar as Terminologias e Funções das Fusões, Aquisições, Cisões. Contexto das Transações de Fusões e Aquisições, bem como o regime jurídico das Fusões e Aquisições perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também iremos abordar os critérios básicos da empresa limitada e da sociedade anônima as estruturas e critérios societários das Fusões e Aquisições. Alienação e Controle das Sociedades Anônimas. Por fim, vamos falar sobre Aquisições de Ações de Várias Empresas; Compra de Unidade de Empresa em Recuperação Judicial; Operações e Reorganizações Societárias no Critério Tributário, Auto-Regulamentação, Valores Imobiliários, Manipulações de Ações e Ilícitude Administrativas e Penais.

Competências e Habilidades:

- Aplicar premissas utilizadas em operações com empresas de empresas, de forma a habilitar os participantes a tomar decisões ligadas à viabilidade financeira em processos de fusões, aquisições e *joint ventures*;

- Capacitar frente a elaboração de ato societário pertinentes as operações de reorganização societária.

Conteúdo Programático 1: Terminologia e Funções das Fusões, Aquisições, Cisões. Contexto das Transações de Fusões e Aquisições. Regime Jurídico das Fusões e Aquisições perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conteúdo Programático 2: Critérios básicos da empresa limitada e da sociedade anônima. Estruturas e critérios Societários das Fusões e Aquisições. Alienação e Controle das Sociedades Anônimas

Conteúdo Programático 3: Aquisições de Ações de Várias Empresas. Compra de Unidade de Empresa em Recuperação Judicial.

Conteúdo Programático 4: Operações e Reorganizações Societárias no Critério Tributário, Auto-Regulamentação, Valores Imobiliários, Manipulações de Ações e Ilícitude Administrativas e Penais.

Bibliografia Básica:

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MUNIZ, Ian. **Fusões e Aquisições** – aspectos fiscais e societários. 3. Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

GAUDÊNCIO, Samuel Carvalho. **Fusões e Aquisições**: Prática Jurídica no M&A. São Paulo: IOB, 2016.

SERRA, Ricardo Goulart, WICKERT, Michael. **Valuation** – Guia Fundamental. São Paulo: Atlas, 2014.

TANURETT, Betania (coord). **Fusões, Aquisições & Parcerias**. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina: Tributação sobre o consumo e o lucro

Ementa: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Regra matriz de incidência tributária. Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS). Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Regimes de tributação. Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Competências e Habilidades:

- Compreender as diferenças entre tributos diretos e indiretos, bem como a aplicação do IPI na indústria e nos estabelecimentos equiparados.
- Entender quando ocorre a tributação pelo ISS E quais os serviços sujeitos a incidência do imposto.
- Conhecer as características e elementos do ICMS, bem como identificar a sua aplicação com relação na circulação de mercadorias e serviços.
- Identificar a tributação sobre o lucro das pessoas jurídicas, a incidência do IRPJ e CSLL, bem como os regimes de tributação.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conteúdo Programático 2: Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS).

Conteúdo Programático 3: Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Bibliografia Básica:

CREPALDI. Silvio; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131983/pageid/2>. Acesso em 21.9.2021.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 21-27. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011890/pages/recent>. Acesso: 21.9.2021.

SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/30/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/30/2) . Acesso: 21.9.2021.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html]!/4). Acesso: 21.9.2021.

Bibliografia Complementar:

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]!/4/26/8/1:75\[os%20%2C%E2%80%93%20L\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/26/8/1:75[os%20%2C%E2%80%93%20L]). Acesso em 21.9.2021.

MEURER, Alison Martins. Contabilidade tributária. Curitiba: Contentus, 2020, p. 21-27. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186364/pdf/0?code=BDzY18fACY6q3kOT3oJDbHfotD4y3aBVtbCCnGDhxy8GZoFQFMAJfyZ2aLlwL19NxV6MQIF056xeGEedt4jrA==> . Acesso em: 21 set. 2021.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616282/pageid/3> . Acesso: 21.9.2021.

Disciplina: Tributação aduaneira e competitividade

Ementa: Noções introdutórias à Legislação Aduaneira, política de comércio exterior e a sistemática de classificação de mercadorias. Normas tributárias aplicáveis à exportação e importação, os regimes aduaneiros especiais,

admissão temporária e aduaneiro *drawback*. E, por fim, trânsito aduaneiro, o entreposto aduaneiro, DEA, Recof sistêmicos e Tributação e acordos internacionais.

Competências e Habilidades:

- Aplicar modelos teóricos e práticos no âmbito da economia e comércio internacional ao surgimento de paradigmas no estabelecimento de estratégia internacional nas relações internacionais do ponto de vista econômico, social, político e jurídico;
- Entender os elementos da natureza econômica do livre comércio, posição internacional das empresas e os critérios de comércio internacional ditados pela OCDE;
- Compreender as premissas estratégicas necessárias à atuação da sistemática brasileira no comércio internacional, com respaldo em projetos que visem o conhecimento e o aprimoramento no âmbito da economia, comércio e gestão internacional.

Conteúdo Programático 1: Noções introdutórias à Legislação Aduaneira. Política de Comércio Exterior

Conteúdo Programático 2: Sistemática de classificação de mercadorias. Normas tributária aplicáveis à exportação e importação.

Conteúdo Programático 3: Regime aduaneiros especiais, admissão temporária, *drawback*, trânsito aduaneiro, entreposto aduaneiro, reconf.

Conteúdo Programático 4: controle aduaneiro, crimes e infrações aduaneiras, integração regional e comércio exterior, competitividade.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Maria de; LEITE, César Roberto. **Economia Internacional**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva uni, 2017.

CÉSAR P. S. M; PEREIRA R. M. A tributação e a caracterização das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/a-tributacao-e-a-caracterizacao-das-relacoes-comerciais-entre-brasil-e-uniao-europeia/>>.

Acesso em: 01 nov. 2019

Bibliografia Complementar:

CÉSAR P. S. M; PEREIRA R. M. (2017) A tributação e a caracterização das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18280&revista_caderno=26#. Acesso em: 13 nov. 2019.

FREIRE, Daniel. **A Tributação do Comércio Eletrônico Nos Estados Unidos da América e na União Europeia**. São Paulo: Almedina, 2015.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira** - Série Provas e Concursos. 5. Ed. São Paulo: Editora Elsevier – Campus, 2012.

Disciplina: PIS, Cofins e impostos do comércio exterior

Ementa: A Disciplina de PIS, COFINS e Impostos do Comércio Exterior tem como objetivo abordar sobre os principais tributos federais relacionados as Receitas das empresas (PIS e COFINS) e sobre as operações do Comércio Exterior (Imposto de Importação e Exportação). Nesta disciplina, será possível compreender os principais conceitos, as bases de cálculo, alíquotas e problemáticas que envolvem o dia a dia da empresa no momento de apurar e recolher tais tributos.

Competências e Habilidades:

- Apreender o conhecimento legislativo e as suas particularidades;
- Aprender, a partir de exemplos, como calcular e recolher os impostos devidos;
- Entender o conceito de insumo para verificar possibilidades de crédito, melhorando a gestão da empresa.

Conteúdo Programático 1: Conceito e Definição de PIS e COFINS. Objetivo. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Isenções. PIS e COFINS na Importação. Base de Cálculo e Alíquotas. Cálculo e recolhimento cumulativo e não cumulativo.

Conteúdo Programático 2: Quando e como o recolhimento é efetuado. Conceito de Insumo e de Receita Bruta. Creditamento. Substituição Tributária. Alíquota zero e Suspensão. Crédito Presumido.

Conteúdo Programático 3: Conceitos Gerais de Comércio Exterior; Tributação no Comércio Exterior; Imposto de Importação. Declaração Importação.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Exportação; Gerenciamento dos Impostos sobre o Comércio Exterior. Siscomex; Incentivo Fiscal.

Bibliografia básica

FARO, Ricardo Fátima. **Curso de comércio exterior**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FELIX, Gláucia Vieira; HENRIQUE, Márcio Alexandre Ioti. **Direito tributário – direito constitucional tributário**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 29 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio exterior competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

NYEGRAY, João Alfredo Lopes. **Legislação Aduaneira, Comércio Exterior e Negócios Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Pis e Cofins**. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas constitucionais de revisão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto lei n. 1578, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1578.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20imposto%20sobre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6. 759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm.

Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa SRF n. 28 de 27 de abril de 1994. Disciplina o despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação.

Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=13448>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, indústria e comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Portaria n. 23, de 14 de julho de 2011. Dispõe sobre operações de comércio exterior. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311100642.pdf. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Receita Federal. O que é o Simples Nacional?. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Disciplina: Controles internos e a função *compliance*

Ementa: Detalhamento da Lei Anticorrupção: contexto histórico legislativo. condutas tipificadoras. penalização. sanções administrativas. sanções civis. responsabilidade objetiva da pessoa jurídica. administração pública. acordo de leniência. relacionamentos nacionais e estrangeiros. Detalhamento da metodologia de compliance com aplicação de procedimentos; conformidade de processos; gerenciamento de negócios; cumprimento de regras; conduta ética; relacionamentos corporativos internos e externos; padrões legais e éticos; sistemas de controle; recursos, processos e procedimentos; função preventiva e corretiva. Tipos, Programas e Benefícios do Compliance. Políticas de gestão de controles internos. Metodologias de gestão de riscos. Governança Corporativa. Normas e diretrizes. Sistematização de processos. Regularidade de procedimentos. Detecção, prevenção e mitigação de riscos internos e externos. Conceituação, estrutura e benefícios de um Código de Ética. Criação de um Código de Ética. Definições e implantação de um Treinamento Corporativo.

Competências e Habilidades:

- Identificar a Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) como mecanismo do Estado Democrático de Direito para o combate à corrupção: esferas públicas e privadas, nacional ou estrangeira, e responsabilizações civis e administrativas no âmbito nacional e internacional.

- Definir conceito e tratativas sobre o Compliance, apresentando a organização corporativa com aplicação do Compliance e estabelecer critérios para frentes de trabalho.
- Compreender as políticas de gestão de controles internos adotadas nas pessoas jurídicas (públicas e privadas), definindo os elementos relacionados à gestão de riscos e aprimorando os painéis conceituais relativos aos processos de Governança Corporativa.
- Entender a construção de um código de ética e a base para o treinamento de pessoal.

Conteúdo Programático 1: Lei anticorrupção: origem e aplicações. Responsabilidade da pessoa jurídica e de seus diretores.

Conteúdo Programático 2: Conceito de compliance e a organização departamental.

Conteúdo Programático 3: Política e Gestão de Controles Internos. Mapeamento de processos e riscos.

Conteúdo Programático 4: Código de Ética e Treinamento Corporativo.

Bibliografia básica

ASSI, Marcos. Gestão de Compliance e seus Desafios: como implementar controles internos, superar dificuldades e manter a eficiência dos negócios. Saint Paul, 1ª Edição, 2013. ISBN 978-8580040999

COSO, Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Site. Disponível em: <https://www.coso.org/SitePages/Guidance.aspx>.

DE CARLI, Carla Veríssimo Anticorrupção e Compliance: A (in)capacidade da Lei 12.846/2013 para motivar as empresas brasileiras à adoção de programas e medidas de compliance. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito / Universidade de Salamanca – Programa de Doctorado Estado de Derecho y Gobernanza Global, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/99813/DE%20CARLI_Carla_anticorruptao_compliance_incapacidade.pdf?sequence=1&isAlloved=y>

HUMBERG, Mario Ernesto. Programas e códigos de ética e conduta. Editora CLA, 1ª Edição, 2014. ISBN: 978-8585454548

LEC, Legal Ethics Compliance. Os pilares do programa de Compliance – Uma breve discussão. Ebook. Disponível em: https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/os_pilares_do_programa_de_compliance.pdf

VIEIRA, James Batista. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília: ENAP, 2019. Ebook.

Bibliografia complementar

ASSI, Marcos. Controles Internos e Cultura Organizacional: Como Consolidar a Confiança na Gestão dos Negócios. Saint Paul, 3ª Edição, 2019. ISBN 978-8580041583

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento: Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance/integridade/Convencao_sobre_o_Combate_a_Corrupcao_de_Funciona>

BRASIL, Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

BRASIL, Decreto Lei nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

BRASIL, Governo Federal : Lei nº 12.846 de 1º de Agosto de 2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>.

BRASIL, Lei nº 13.709 de 14 de Agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>.

LOUREIRO, Diogo Pavan Brito. A importância dos controles internos nas organizações. Trabalho de conclusão de curso elaborado para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Porto Alegre, 2010.

PINTO FILHO, Francisco Valentim. O impacto do Compliance na gestão dos negócios. Monografia apresentada ao curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial - Faculdade de Tecnologia de Americana (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), 2019. Disponível em:
http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/3941/1/20192S_PINTOFILHOFranciscoValentim_OD0724.pdf.

SANTOS, Maristane Aparecida Pinheiro. Código de Ética: os elementos essenciais na visão de uma empresa do setor sucroalcooleiro do interior de São Paulo. UNESP – SP/Brasil, 2014. Disponível em:
<https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1115/574>

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

